

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Adriana Gomes da Silva

**O TRABALHO DE LEITURA E ESCRITA COM CRIANÇAS COM  
PARALISIA CEREBRAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Belo Horizonte

2012

Adriana Gomes da Silva

**O TRABALHO DE LEITURA E ESCRITA COM CRIANÇAS COM PARALISIA  
CEREBRAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Alfabetização e Letramento, pelo Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Docência na Educação Básica, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientador (a): Cláudia Starling Bosco

Belo Horizonte

2012

Adriana Gomes da Silva

## **O TRABALHO DE LEITURA E ESCRITA COM CRIANÇAS COM PARALISIA CEREBRAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Alfabetização e Letramento, pelo Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Docência na Educação Básica, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientador (a): Cláudia Starling Bosco

Aprovado em 14 de julho de 2012.

### BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>a</sup> Cláudia Starling Bosco – Faculdade de Educação da UFMG

---

Prof<sup>a</sup> Maria Flor de Maio Barbosa Benfica – Faculdade de Educação da UFMG

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus que me deu forças para vencer os obstáculos que surgiram.

À minha família e amigos que são meu apoio em todos os momentos.

Minha orientadora Cláudia Starling, pela paciência e pela ajuda.

E principalmente, meus filhos que são minha vida, e que sem eles não conseguiria nada.

## RESUMO

Este plano de ação foi desenvolvido em uma escola de Educação Infantil do município de Belo Horizonte e visa refletir sobre a trajetória do portador de necessidades educativas especiais no âmbito social e educacional, bem como pretende discutir sobre o tema inclusão na perspectiva da educação, família, a inserção destes alunos no ensino regular e a formação docente frente a uma educação inclusiva. Como referencial teórico o trabalho se apoia nos estudos da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 1996 Declaração de Salamanca (1994), Parâmetros Curriculares Nacionais (1999) nos estudos sobre a leitura e escrita de crianças com paralisia cerebral. Os resultados demonstram que a integração da criança com necessidades especiais em escolas regulares é importante, mas que é preciso respeitar as diferenças, peculiaridades de cada uma, em seu tempo de desenvolvimento. As atividades de leitura e escrita desenvolvidas com essas crianças possibilitam uma compreensão maior do que eles podem ou não realizar.

**Palavras-chave:** necessidades especiais, inclusão, formação docente, leitura e escrita.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	7
2. DECLARAÇÃO DE SALAMANCA E A NOVA LDB.....	9
3. CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	11
4. PARALISIA CEREBRAL: AFINAL O QUE É?.....	13
5. ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO.....	15
6. OBJETIVOS.....	18
7. A ESCOLA E AS CRIANÇAS.....	19
8. PERFIL DAS CRIANÇAS.....	22
9. DESENVOLVIMENTO.....	26
10. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS.....	27
11. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
12. ANEXOS.....	34
13. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	41

## 1. INTRODUÇÃO

Com a inclusão escolar das crianças com necessidades especiais ganhando cada vez mais espaço e importância nas escolas, verifica-se um aumento considerável de congressos, publicações, pesquisas, lançamentos de livros sobre o tema, o que têm se tornado um grande desafio para todos os profissionais da área educacional ou que trabalham na educação.

Percebe-se durante a trajetória profissional que apesar das instituições buscarem promover a inclusão social, há ainda um grande despreparo dos profissionais para alcançar esse objetivo. O grande desafio é o desenvolvimento de metodologias necessárias ao reconhecimento da criança como cidadãos de direitos, respeitando suas diferenças e limites.

Um grande passo para essa inclusão de sucesso foi A Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) Espanha 1994, a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (UNESCO, 1990) Aprovada pela Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em Jomtiem, Tailândia em 1990, que marcaram momentos históricos em prol da Educação Inclusiva.

No Brasil, há alguns documentos que asseguram direito de educação a todos, como: o Plano Decenal de Educação para Todos, 1993, 2003(MEC, 1993), a Constituição Federal de 1998, art.208, inciso III (BRASIL, 1998) e Os Parâmetros Curriculares Nacionais (MEC, 1999).

Segundo alguns autores pode-se afirmar que um dos aspectos que influenciaram o tema inclusão demorar a ser discutido na sociedade, foi o preconceito. Entretanto, o preconceito não é um aspecto apenas característico da sociedade brasileira, ele é antigo, como no exemplo:

Nós matamos os cães danados, os touros ferozes e indomáveis, degolamos as ovelhas doentes com medo que infectem o rebanho, asfixiamos os recém-nascidos mal Constituídos: mesmo as crianças, se forem débeis ou anormais, nós a afogamos: não se trata de ódio, mas da razão que nos convida a separar das partes aquelas que podem corrompê-las. (Sêneca, Sobre a Ira, I, IX).

Para muitos da sociedade, família e profissionais da educação, ainda existem muitas dúvidas, medos, incertezas sobre a inclusão, e como lidar com ela. Por causa de todo esse contexto em que o tema inclusão está inserido, diante dos medos,

incertezas, dúvida, incompreensão, falta de preparo, este estudo buscou criar estratégias que auxiliem na aprendizagem da leitura e da escrita de crianças com paralisia cerebral (PC).

A inclusão é um fator importante para essas crianças, sendo necessário respeitar suas características e diferenças. Muitas dessas crianças com o tempo e respeitando seus limites, podem aprender a ler e a escrever, mas o que se vê em nossas escolas é uma total desinformação e despreparo, não só dos profissionais que ali estão, mas também dos órgãos que supervisionam as mesmas.

Os documentos que abordam o tema da inclusão escolar mencionam que é de grande importância para o sujeito sua inclusão, seja na Declaração de Salamanca, na Declaração Mundial sobre Educação para Todos ou na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/EM) LEI 9.394/96. É muito discutido o conceito de necessidades educacionais especiais, e, é pela Declaração de Salamanca que se pode considera-lo, pois afirma:

Durante os últimos 15 ou 20 anos, tem se tornado claro que o conceito de necessidades educacionais especiais teve que ser ampliado para incluir todas as crianças que não estejam conseguindo se beneficiar com a escola seja por que motivo for. (UNESCO, 1994, p.15, 19).

Este trabalho buscou demonstrar como é de suma importância o processo de inclusão de crianças com necessidades especiais, compreendendo melhor como ocorrem esse processos na escrita e sua necessidade no contexto educacional.

## 2. A DECLARAÇÃO DE SALAMANCA E A NOVA LDB

A Declaração Mundial sobre Educação para Todos (UNESCO, 1990) realizada em Jomtiem, Tailândia, no ano de 1990 e a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) firmada na Espanha em 1994, marcam nos planos internacionais momentos históricos em prol da Educação Inclusiva.

Os documentos que defendem e asseguram o direito de todos à educação no Brasil; é a Constituição Federal de 1988, art. 208, inciso III (BRASIL, 1988), O Plano Decenal de Educação para Todos, 1993, 2003 (MEC, 1993) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (MEC, 1999). De acordo com esses documentos, todas as crianças, independentes de suas condições físicas, intelectuais, sociais e emocionais, devem ser acolhidas pela escola.

A conferência Mundial sobre Educação para Todos, propôs a adoção de linhas de ação em Educação Especial, tendo como princípio norteador que:

Todas as escolas deveriam acomodar toda a criança independente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Deveriam incluir crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham; crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos em desvantagem ou marginalização (UNESCO, 1994, p.17, 18).

Todas as crianças ou jovens cujas necessidades se originam em função de referências ou dificuldades de aprendizagem, recebe o termo “necessidades educacionais especiais”. A inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais em classes regulares, como forma mais avançada de democratização, veio como recomendação feita pela Declaração de Salamanca, pois considerou que a maioria dessa população não apresenta características intrínsecas para que não se permita essa inclusão.

Muito antes da Declaração de Salamanca, já se falava da inserção de alunos com necessidades especiais no ensino regular, e já na década de 70, em nosso país, essa bandeira pela integração das crianças com necessidades especiais já era levantada. A partir da incorporação dessas crianças no ensino regular, reconhece a existência das mais variadas diferenças.

A Declaração de Salamanca por um lado, afirma o propósito da educação inclusiva, por outro, aponta para o aprimoramento do sistema de ensino, ou o direito da criança à educação não se efetivará.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9.394/96 reconhece a importância da educação especial e dispõe em um capítulo para o direcionamento das normas. Em seu capítulo V, no artigo 58, em relação à educação especial diz que “Entende-se por educação especial para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para o educando de necessidades especiais” (LDB, Cap.V, art. 58, 1996), menciona que haverá quando necessário apoio especializado nas escolas regulares para atender a demanda da clientela de educação especial, e que o Poder Público, independente do apoio as instituições prevista, adotará como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento das crianças com necessidades especiais na própria rede pública de ensino.

A importância da lei, é que ela institui a obrigatoriedade da criança ou adolescente com necessidades educacionais especiais frequentar a rede regular de ensino. O direito à educação de todas as crianças está na Declaração Universal dos Direitos Humanos e reafirmado pela Declaração sobre Educação para Todos. Além das Leis, Declarações já citadas; temos a CDPD (Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência) que foi assinada em 30 de março de 2007, ratificada pelo Brasil em 1º de agosto e aprovada pelo Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008, que vem a ser o primeiro tratado internacional de direitos humanos aprovado que o torna equivalente à emenda constitucional. Sendo todas essas Leis, bases para um bom desenvolvimento de trabalhos.

### 3. CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Surgiu na Bélgica no século XIII, a primeira instituição para abrigar pessoas portadoras de necessidades especiais.

Apesar de acolhidos pelo Cristianismo, eram tratadas como pecadores por serem diferentes e submetidos a castigos físicos.

A partir do século XVI, a deficiência passou a ser tratada pela alquimia, magia, até que meados do século XVII, os médicos Paracelso e Cardano começaram a interpretar os comportamentos dos deficientes e defender como uma fatalidade hereditária ou congênita.

Segundo Pessoti (1984), a ciência permitiu questionar dogmas religiosos, surgindo estudos sistemáticos na área da medicina; com intenção de explicar os comportamentos dos deficientes. Conforme Regen (1994) no fim da Idade Média, estudiosos como Locke, Condillac e Rousseau, mostraram a importância das experiências de interação com o meio ambiente para o desenvolvimento do indivíduo.

As instituições começaram a ser criadas para proteger as crianças no início do século XIX, sob a influência de Itaral e Pestalozzi que demonstraram que as crianças deviam ser mantidas em seus lares para curá-las pela educação e bons tratamentos.

No Brasil, só a partir de 1950-1960 que a pessoa com deficiência mental foi alvo de preocupação, e, assim foram criadas associações de pais e sociedade como a Pestalozzi, APAE's (Associação de Pais dos Excepcionais), dentre outras associações.

Enquanto o MEC considera a educação especial como uma "linha de atendimento assistencial e terapêutico", o Conselho Federal de Educação entende que é uma linha de escolarização (MAZZOTTA, 1992). A Secretária de Educação Especial do MEC (SEESP) considera a educação especial como sendo:

Um processo que visa promover o desenvolvimento das potencialidades de pessoas portadoras de deficiências, condutas típicas, ou altas habilidades, e que abrange os diferentes níveis e graus do sistema de ensino. Fundamenta-se em referenciais teóricos e práticos compatíveis com as necessidades específicas de seu alunado. O processo deve ser integral,

fluindo desde a estimulação essencial até os graus vigente, identificando-se com sua finalidade, que é a de formar cidadãos conscientes e participativos. (BRASIL, 1994, p.17).

Percebe-se que existe uma total preocupação em fazer com que o atendimento a crianças especiais seja feito de forma que possa beneficiar, mas que ao mesmo tempo não cause nenhum tipo de trauma; porque na tentativa de acertar podem acontecer alguns erros que possa deixar essa criança mais afetada.

Mas para que acertos aconteçam se faz necessário que os professores tenham formação, sejam mais bem preparados para lidar com essas crianças. Quando se fala em formação, não deve pensar só nos professores, mas sim em uma escola como um todo, para que dessa forma, todos tenham qualificação e estejam preparados para lidar com todos os alunos, independente de sua condição.

A educação inclusiva envolve um processo de preparação do professor que considere as diferenças e as dificuldades dos alunos na aprendizagem escolar como fonte de conhecimento sobre como ensinar e como aperfeiçoar as condições de trabalho nas salas de aula (BRASIL, 1995, p.17).

Para trabalhar com educação especial, o professor deve ter uma boa qualificação. Sabe-se que nem sempre o professor tem orientações de como trabalhar com crianças com necessidades educacionais especiais, na maioria das vezes essas orientações são buscada pelo professor no seu dia a dia, com a convivência com essas crianças, aprendem e buscam formas de trabalhar, já que nas salas de aula depara-se com todo tido de aluno seja dito "normal" ou não. E precisa-se, necessita-se sempre buscar informações e apoio para tarefa de incluir, afinal, "não basta acolher e promover a interação social. É preciso ensinar" (Revista Nova Escola, outubro de 2007, p.39).

Segundo Mantoan (1997) incluir exige de todos educadores, novos posicionamentos, transformando as escolas e transformando as práticas do professor. Incluir exige trabalho e dedicação, o educador deve ter consciência que para promover a inclusão tem que enfrentar desafios, ser avaliados, porque só assim poderá ocorrer mudanças dentro e fora da escola.

#### 4. PARALISIA CEREBRAL: AFINAL, O QUE É?

A paralisia cerebral (PC), não é progressiva e provoca debilitação variável na coordenação motora da ação muscular, com resultante incapacidade da criança em manter posturas e realizar movimentos normais (BOBATH E BOBATH, 1984).

PC é um termo utilizado para definir conjunto de distúrbios motores decorrentes de uma lesão no cérebro nos primeiros estágios de desenvolvimento. Algumas crianças poderão apresentar alterações mentais, visuais, auditivas, de linguagem e comportamento, enquanto outras poderão ter problemas em relação ao controle postural (músculos e articulações). Em relação a sua causa, restam apenas suposições, pois não apresenta nenhum indicio da forma ou momento da lesão.

Os profissionais da saúde e reabilitação adotam uma classificação importante da paralisia cerebral, que levam em consideração aspectos da topografia da lesão – membros afetados: braços, pernas, corpo todo, tipo de tônus muscular: atetose, hipertonia (rigidez), hipotonia.

A quadriplégica é quando os quatro membros são afetados, é o quadro mais comum quando o comprometimento é neuromuscular. Quando apenas um lado do corpo é afetado, se tem a hemiplegia. Já quando os membros inferiores são mais afetados que os superiores é a displasia. E na monoplegia, apenas um membro é afetado.

Outra classificação se dá pelo tônus muscular (nível de tensão dos músculos) que se encontra alterado nas crianças com PC. Quando o tônus é mais baixo é a hipotonia, crianças com os músculos sempre tensos e rígidos é a hipertonia, crianças com os músculos sempre tensos e rígidos é hipertonia ou espasticidade, tônus mais baixo e presença de tremores é ataxia e a flutuação de tônus entre hipotonia e hipertonia é a atetose. Os quadros de paralisia cerebral são quadros mistos, sendo comum encontrarmos além das limitações motoras alguns distúrbios associados, na maioria das vezes, apresentando desafios ao educador.

Sabe-se que a criança com paralisia cerebral apresenta uma lesão não evolutiva, de instalação precoce e que suas limitações mais relevantes são as motoras, podendo estar associadas ou não a outros distúrbios, podendo apresentar

distúrbios de comportamento, comprometimento mental ou crises convulsivas. Assim, ao trabalhar com alunos com paralisia cerebral é prudente saber dessas possibilidades.

## 5. ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

O ser humano desenvolve suas capacidades e habilidades de acordo com o meio em que ele está inserido. Portanto, através das interações, ele é capaz de desenvolver mais o seu lado físico ou seu lado mental.

Sabe-se que a comunicação é uma necessidade básica entre os homens, fundamental para sua sobrevivência. A linguagem está inserida em todas as áreas do conhecimento, seja ela oral, escrita, matemática, corporal, musical, dentre outras.

A linguagem oral é uma rica modalidade de comunicação, de interação social. Nesse âmbito, quando a criança não se desenvolve a linguagem oral, muitos aspectos de sua vida são afetados, ela fica restrita a sua individualidade, tendo dificuldades de socializar-se.

Atualmente, muito se tem discutido sobre alfabetização e letramento. Muitos estudos têm sido realizados com o intuito de compreender melhor esses termos.

Segundo MARCUSCHI (2011), letramento “é um processo de aprendizagem social e histórica da leitura e da escrita em contextos informais e para usos utilitários, por isso é um conjunto de práticas, ou seja, ‘letramentos’ [...] Distribui-se em graus de domínios que vão de um patamar mínimo a um máximo” (MARCUSCHI, 2011, p.21).

Magda Soares discute a relação entre alfabetização e letramento, enfatizando que o letramento pode ser considerado “o estado ou condição de quem se envolve em numerosas e variadas práticas sociais de leitura e escrita” (SOARES, 1998).

Alfabetização seria então, o domínio da tecnologia da escrita. Alfabetização é a ação de alfabetizar, ensinar a ler e escrever, tornar-se alfabeto. O termo alfabetização refere-se á apropriação da leitura e escrita, ou seja, o sujeito que aprende a ler e escrever é um ser alfabetizado, todavia o sujeito que passa a fazer uso dessas aquisições nas suas práticas sociais cotidianas, como técnicas apreendidas de diversas formas de leitura é um ser letrado, pois letramento ainda que uma palavra a ser dicionarizada, vai além de ler e escrever, é fazer uso social da leitura e escrita que apreende daquilo que lê e escreve com propriedades de conhecimento e interpretação, habilidade e destreza.

A leitura e a escrita das palavras, contudo, passa pela leitura do mundo. Ler o mundo é um ato anterior à leitura da palavra a que falte o exercício crítico da leitura e da releitura do mundo é científica, política e pedagogicamente, capenga. (FREIRE, 1992, p. 79).

Muitos estudos mostram que mesmo antes das crianças conseguirem realizar a correspondência fonema-grafema, elas têm um repertório de leitura. Quando a criança chega à escola, ela já é um leitor, apesar de não conhecer e nem decodificar e codificar os símbolos. Porque elas trazem de casa esse conhecimento, seja ele adquirido através de jornais, internet, revistas, TV e vídeos, cabendo aos professores, estimular e aperfeiçoar o mesmo, já que a escola é a principal responsável, na sociedade contemporânea, por promover e garantir o letramento.

A partir das definições que Magda Soares estabelece entre alfabetização e letramento, pode-se pensar na importância dessa perspectiva na aprendizagem da leitura e escrita nos diferentes contextos sociais. Segundo Magda Soares (2003), o termo letramento pode apresentar dois sentidos. O primeiro se refere às práticas sociais da leitura e escrita. O outro o define como estado ou condição de quem se envolve nas numerosas e variadas práticas sociais da leitura e escrita.

O interesse pela leitura torná-la como hábito, deveria ser maior na sociedade que vivemos e que idealizamos, seria um meio de falar e escrever corretamente, agregando um maior vocabulário. Mas a leitura não deve ser conhecida como obrigação, necessidade que os outros impõem não ver como um dever e sim como conhecimento que ninguém tira da gente. (ABRAMOVICH, 1997, p. 138).

Com a aquisição da leitura, o indivíduo deve sempre estar atualizado e se atualizando, transformando o ato de ler em algo prazeroso, por sua importância no dia a dia juntamente com a escrita.

De acordo com Barbosa (1994, p. 28), sabendo ler o indivíduo é capaz de construir seu próprio conhecimento, conseguindo atuar sobre o acervo acumulado pela humanidade através da escrita. Quando se passa a escrever, é a forma que o indivíduo tem de mostrar que aprendeu; registrar o que pensa e fala, mas não é uma tarefa fácil, porque não se escreve como se fala, existem regras, e nem sempre essas regras são bem compreendidas. Quando se observa a relação entre

alfabetização e letramento, escrita e leitura chegam-se à conclusão que nem sempre precisa avaliar ou buscar da criança com necessidades especiais o pleno domínio da tecnologia da escrita, mas que elas possam interagir com o mundo da leitura e da escrita que existe a sua volta.

## **6. OBJETIVO GERAL**

Criar estratégias de trabalho e de leitura e escrita que possam atender crianças com paralisia cerebral refletir os possíveis resultados em sua aprendizagem.

### **Objetivos Específicos**

- Elaborar atividades de leitura e escrita e oralidade que possam atender as especificidades das crianças com paralisia cerebral;
- Acompanhar o desenvolvimento das atividades e refletir sobre os avanços e dificuldades na execução junto às crianças com paralisia;
- Identificar situações que evidenciem ou não à inclusão das crianças com paralisia cerebral na sala de aula.

## **7. A ESCOLA E AS CRIANÇAS**

A Unidade de Educação Infantil (UMEI) do Bairro Jatobá IV, localizada no Conjunto Jatobá IV, está vinculada a Secretaria Municipal Belo Horizonte e acompanhada pela Regional Barreiro.

A Instituição antes do processo de municipalização em 2005, era uma UEI (Unidade Educação Infantil), que era mantida pela AMAS (Associação Municipal de Assistência Social) e foi construída em um espaço doado a comunidade por uma grande empresa, por esse motivo sua estrutura é diferente das demais UMEI's, e atende um número reduzido de crianças.

A escola é composta de berçário – com capacidade de atendimento a doze crianças que ficam em tempo integral – possui banheiro próprio, cozinha e solário; cinco salas de aula que atendem crianças de um, dois, três, quatro e cinco anos; uma antessala utilizada como sala dos professores; uma sala bem pequena que acomoda secretaria, direção, coordenação; um amplo refeitório que é utilizado para as refeições diariamente e também para receber os pais em reuniões e atividades comemorativas. Em dias de chuvas é nesse espaço que as crianças fazem recreação. Além de dois banheiros adaptados para crianças e um banheiro para o uso dos funcionários em geral. O espaço externo da UMEI é muito amplo, porém o parquinho não é apropriado às crianças daquela idade.

A distribuição das crianças se dá da seguinte forma: as turmas do berçário, um ano, dois anos, recebem atendimento em tempo integral, das sete às dezessete horas e trinta minutos; e as turmas de três, quatro e cinco anos distribuídas em dois turnos, matutino das sete às onze horas e trinta minutos e vespertino das treze às dezessete horas e trinta minutos.

O corpo docente da UMEI é composto por vinte cinco educadores que transitam por três turnos diferentes de trabalho: matutino, vespertino e turno intermediário. Desses vinte e cinco educadores, treze são formados em Pedagogia, uma em Psicologia, três com licenciatura em Letras, cinco educadoras graduadas no curso normal superior, uma graduada em Educação Física, uma graduada em Artes e uma cursando graduação em música.

Dessas vinte e cinco educadoras, duas (uma de cada turno) trabalham na coordenação. Cuidam da parte pedagógica e auxiliam a diretora da escola na gestão institucional. Além da equipe docente a escola conta ainda com três auxiliares de serviços gerais, três cantineiras e quatro vigilantes que revezam em dois turnos de trabalho diferentes: diurno e noturno.

A instituição descrita aqui ainda está em processo de construção de um projeto político pedagógico que atenda as demandas apresentadas ao longo do trabalho. A proposta pedagógica é elaborada anualmente e alguns projetos já ficaram estabelecidos e são trabalhados por toda a escola. Entre eles o projeto identidade, higiene, dengue e ao mesmo tempo outros projetos são desenvolvidos em sala de acordo com a demanda de cada faixa etária.

O trabalho foi desenvolvido com uma turma de cinco anos da UMEI Jatobá IV composta por vinte quatro crianças com idade entre quatro e cinco anos, sendo sete do sexo feminino e dezessete do sexo masculino.

Dessas vinte quatro crianças uma é deficiente, apresenta um quadro de Paralisia Cerebral acompanhada de distribuição diplérgica com sinais de atrofia cerebral, epilepsia controlada, déficit de acuidade auditiva grave, déficit cognitivo com alteração de comportamento, dificuldade em relação à atenção.

O atendimento a essa turma fica a cargo de dois educadores. Uma educadora que é a professora referência, quem fica maior parte do tempo com a turma e um educador que é apoio e desenvolve atividades nas turmas de 3, 4 e 5 anos. Esse trabalho é paralelo com o realizado em sala pelas professoras regentes, pode ser tanto de continuidade de alguma atividade em andamento como propostas de outra que será finalizada pela professora regente.

As crianças que frequentam a turma são todas oriundas da Regional Barreiro, mais especificamente bairro Jatobá IV e seu entorno. São membros de famílias geralmente compostas de pai e mãe e de, no máximo, três filhos (incluindo a criança). Normalmente, as crianças residem apenas com os pais.

Mesmo sendo de uma região que apresenta características de vulnerabilidade social, as famílias apresentam uma renda familiar razoável. Grande parte dessa renda vem do trabalho dos pais e das mães.

Todos esses alunos passam o turno da manhã na UMEI, durante a tarde ficam nas próprias casas, com parentes (avós, irmãos maiores e mães) e participam de todas as atividades que ocorrem nesse período, como cuidarem da casa, ir ao supermercado, atender a algum pedido feito pelos adultos, como por exemplo: pegar algo que lhe é solicitado, além disso, brincam e realizam as atividades escolares etc. Muitas vezes as crianças reproduzem as situações vividas em casa em suas brincadeiras e nas interações de pares na escola.

A maioria das crianças estudam na mesma turma desde 2009, e são acompanhadas por mim desde então. E a partir da observação, por conhecer essas crianças e saber as dificuldades de uma por uma, e da insistência das atividades que deveriam ser realizadas, principalmente com as crianças de inclusão, que aumentou minha intencionalidade diante deste trabalho, por saber da necessidade do respeito às diferenças e ao tempo de cada criança.

## 8. PERFIL DAS CRIANÇAS

Durante todo texto, assim como apontam os procedimentos éticos relativos à pesquisa, utilizarei nomes fictícios com a intenção de preservar a identidade de todos: das crianças, e dos adultos. (AGOSTINHO, 2008).

Participaram deste estudo duas crianças com paralisia cerebral, gênero masculino, com idade entre dois e cinco anos, com distúrbios na comunicação oral, um com déficit auditivo e distúrbios cognitivos.

Depois de averiguar as propostas pedagógicas da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH) e da Secretária Municipal de Educação (SMED), ficou claro que os profissionais desses órgãos não tinham uma proposta eficaz para as crianças de inclusão, assim como os professores, eles estão tentando descobrir.

O que era proposto; é que as crianças deveriam permanecer em sala e desenvolver as mesmas atividades das outras crianças ditas “normais”, mais se sabe que a paralisia cerebral pode ocorrer de várias formas, com lesões mais brandas ou mais severas. Mas o que acontece no dia a dia da sala de aula é diferente do que às vezes tem nos documentos. É claro que essas crianças devem estar juntas das outras, mas realizando atividades de forma diferenciadas respeitando suas potencialidades, individualidades e dificuldades.

Segundo Helena Antipoff (Instituto superior de Educação Anísio Teixeira / Fundação Helena Antipoff).

Alunos com deficiência mental apresentam um padrão diferenciado de desenvolvimento cognitivo, afetivo e motor; possuem uma diferença nos processos evolutivos de personalidade; têm dificuldade na capacidade de aprender, na constituição de sua autonomia e nos processos de relação com o mundo, pois sua forma de organização apresenta-se de maneira qualitativa diferente de seus pares da mesma idade, o que lhes faz peculiar em sua forma de perceber o estar do mundo. (SME/IHA/RJ, 1999 apud MAGALHÃES, 2000, p.3).

A seguir, uma caracterização em linhas gerais as crianças que participaram do trabalho, visto que esta descrição será importante para pensar no ensino e aprendizado da leitura e da escrita, diante das especificidades de cada uma.

O aluno Marcos<sup>1</sup> tem cinco anos e está no segundo ciclo da educação infantil (turma de cinco anos). Entrou na escola em 2010. É portador de paralisia cerebral, de distribuição displéica com sinais de atrofia cerebral, epilepsia controlada, déficit de acuidade auditiva grave, déficit cognitivo com alteração de comportamento, dificuldade em relação à atenção.

Em 2010, foi trabalhado com ele o mesmo que com o resto da turma, letras do nome, alfabeto, formas, cores, mas nada chamava a sua atenção, o que teve avanço foi só no lado motor, pois quando entrou, Marcos apenas arrastava e agora consegue engatinhar. Nada chama sua atenção, a não ser um móvel trazido para a escola pela família.

Sua rotina é a mesma do resto da turma, fica em sala no período das atividades, faz as refeições junto, com ajuda da monitora de inclusão porque não consegue se alimentar sozinho, durante a recreação fica junto da sua turma e de outra turma com alunos de quatro anos, mas não interagi com ninguém, o que realiza é tudo com ajuda da monitora.

Faz tratamento especializado duas vezes por semana sendo: uma vez no Hospital Sarah na Associação das Pioneiras Sociais e no AEE (Assistência de Educação Especializada) que é realizada na escola polo Aires da Mata Machado com pessoal e material adequado.

A mãe relata que na parte motora ele tem melhorado bastante, mas não acredita que ele chegue a ler ou escrever mesmo com todo atendimento a ele ofertado, mas acha que se houvessem mais recursos, infraestrutura, pessoal melhor capacitado, todas as crianças desenvolveriam melhor.

Somente com o passar do tempo que as monitoras passaram a ter orientações sobre a inclusão, mas ainda fica a desejar. As professoras, na maioria das vezes ficam sem saber como agir, mas sabem que da forma que está não pode ficar. Isso demonstra que a inclusão escolar é verdadeiramente um grande desafio.

Por ser uma criança com todas as características já citadas, nada agrada Marcos, fica disperso em todas as atividades, mesmo com minha intervenção ou da monitora. Já se tentou criar alguns jogos, fichas, de acordo com orientação do

---

<sup>1</sup> Os nomes das crianças foram alterados para preservar a identidade do grupo.

peçoal do Hospital Sarah, mas nada desperta seu interesse, a não ser o móbile citado. A parte da alimentação é feita pela monitora que lhe dá na boca, na instituição ele só almoça, porque os pais dão mamadeira ele em casa, então não toma café quando chega, faz uso de fralda descartável. Algumas vezes fica muito irritado, se sacudindo e batendo em sua cabeça, sendo necessário que ele saia de sala para se acalmar, porque acaba também agitando o resto da turma. Fora o desenvolvimento que teve em relação ao lado motor, Marcos não apresentou nenhuma outra melhora.

A criança Pedro, está na UMEI no Primeiro Ciclo Maternal dois (turma de dois anos). Criança com paralisia cerebral, com atraso de desenvolvimento neuro-psicomotor. Não tem a fala desenvolvida, mas se faz atender. Pedro tem dois anos, e entrou esse ano, é curioso, interagi com todos da sua turma e das outras turmas nos momentos de socialização, é acompanhado também por uma monitora em sala e nos ambientes fora de sala. A família é participativa, presente em todos os eventos realizados na instituição.

Em sala, realiza todas as atividades dadas com ajuda da monitora. Ainda não anda, mas engatinha e fica em pé com facilidade se tiver algum apoio. No início necessitava de ajuda para se alimentar, mas agora já consegue sozinho. Faz uso de fralda descartável. Faz acompanhamento duas vezes por semana na Clínica da Fundação Dom Bosco de Fisioterapia e Terapia Ocupacional.

Como na turma de dois anos as atividades são mais lúdicas, para poder chamar a atenção das crianças, a uma facilidade maior de se fazer um trabalho com Pedro, em que todas as crianças participem de tudo, diferente da turma de cinco anos do aluno Marcos.

A mãe relata que Pedro está se desenvolvendo muito, e acredita que ele se desenvolva cada vez mais e mais, e acredita que ele seja capaz sim de falar, ler e escrever.

Observando os dois alunos, percebe-se a distinção entre ambos, apesar dos dois terem paralisia cerebral. São crianças frequentes, com famílias participativas, mas com problemas, dificuldades que necessitam de intervenções diferenciadas.

Apesar de todo esforço investido no sentido de assegurar com educação de qualidade, ainda falta materialidade, profissionais preparados, cursos de capacitação

para os monitores e professores. Todo esse processo é necessário para acabar com o pensamento que o lugar de criança com necessidades especiais é em escolas especializadas e não nas regulares.

Tem que se ter em mente que para assegurar a verdadeira inclusão, precisa de investimentos, preparação, formação, consciência de que deve sempre buscar estratégias de ensino para que os objetivos sejam alcançados, que não é tratando, trabalhando da mesma forma com os alunos que conseguirá isso, porque cada um tem sua dificuldade, sua peculiaridade, seu tempo. Para vencer os obstáculos que vão aparecendo, é preciso saber exatamente o que fazer.

## 9. DESENVOLVIMENTO

Este plano de ação teve como principal atividade a observação das crianças anteriormente citadas em diversos ambientes que frequentavam na escola e observação de como lidavam com as atividades e as intervenções.

Essas crianças foram observadas da seguinte forma: o aluno Marcos era aluno da minha sala, turma de cinco anos então a observação foi diária durante três horas e meia, em toda rotina da escola.

Já o aluno Pedro a observação foi de uma hora diária, e em cada dia de observação a criança estava em ambiente diferente da instituição, sala, refeitório, parquinho, tomando banho.

Nesse período foram realizadas atividades que mostrasse que as crianças tinham capacidade de acompanhar ou não o resto da turma, eram atividades muitas vezes consideradas simples, que as crianças tinham costume de fazer, mas não direcionadas ou adaptadas para o aluno Marcos ou o aluno Pedro.

Alguns dados das crianças são colocados em sua pasta e guardados na secretaria, outros são anotados nos diários e no seu portfólio que é uma pasta com a vida da criança e todas as atividades desenvolvidas na UMEI durante seu período de permanência. Essas fichas são guardadas juntamente com as fichas avaliativas que a Prefeitura de Belo Horizonte manda e as monitoras preenchem, apesar de não esclarecerem muito a rotina das crianças, porque são questionamentos muito vago.

Em se tratando de crianças com necessidades especiais, as fichas com o desenvolvimento de cada uma deveria ser diferenciada das outras crianças, porque tem a necessidade de se relatar o desenvolvimento de cada uma de forma mais explícita.

Na turma de cinco anos, as atividades desenvolvidas, foram de rotina dentro da proposta de trabalho que tinha para o ano, que foi: ficha do nome, alfabeto móvel, bichonário, mala de leitura, quantidade, artes, conto e reconto de histórias. Essas atividades eram dadas diariamente, algumas vezes desenvolvia durante mais de um dia, para total entendimento da turma.

## 10. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Para a realização desse plano de ação foram desenvolvidas atividades de leitura e escrita.

Primeiramente, foi desenvolvido Bingo de Letras, onde cada criança com uma cartela com letras do alfabeto variada e bolinhas coloridas tinha que ir marcando as letrinhas que eram sorteadas na sua cartela, ganhava o jogo quem terminasse primeiro de marcar a cartela. Logo em seguida, eles tinham que formar o nome com Letras em EVA, foi distribuídas em cada mesa várias letrinhas em EVA e solicitado que formassem o nome olhando a ficha do nome de cada um.

Posteriormente, a atividade que eles teriam que realizar era a de completar as palavras com as letras que estivessem faltando. Outra atividade que realizada foi ditado de palavras que já havia sido trabalhado anteriormente. Em seguida, a atividade dada foi ligar o desenho a seu nome, fazendo a associação de escrita com imagem.

A próxima atividade foi identificação da palavra que não fazia parte dos conjuntos e escrevê-la em baixo de cada grupo. A maioria dos alunos da turma realizavam as atividades com facilidade, alguns necessitavam de um pouco mais de ajuda, já Marcos mesmo com a ajuda da monitora ou professora, não fazia nada do que era dado, ele pegava e jogava fora, números e letras móveis, as folhas com as atividades, enfim, tudo que era dado ele pegava levava ao rosto e jogava. E quando a monitora ia pegar em sua mão para tentar fazer a atividade, ele ficava nervoso e começava a chorar e se debater.

Foram várias tentativas, para que ele fizesse as mesmas atividades do resto da turma, que era uma orientação recebida do Núcleo de Inclusão da PBH (Prefeitura Municipal de Belo Horizonte).

Então ao conversar com a coordenadora e solicitar que agendasse com o pessoal que o acompanhava no hospital Sarah, para esclarecer esses pontos, se era ou não certo querer que Marcos fizesse o mesmo que os outros meninos estavam fazendo, sabendo de seu problema, pois era uma situação que incomodava muito.

No dia em que as acompanhantes de Marcos vieram para conversar, elas explicaram que o que mais precisava desenvolver e estimular nele, era a parte motora e sua atenção por causa de seu déficit em relação à atenção, porque nada despertava seu interesse. Foi Informada a elas a preocupação em relação às orientações passada pela prefeitura, elas passaram orientar de que fosse realizado um trabalho mais voltado para a atenção e a parte motora da criança, porque ele não tinha ainda, naquele momento, nenhuma capacidade de desenvolvimento da oralidade e escrita, e seus pais já tinham ciência disso, e que eles buscarão a escola regular, para socialização, inserção e é claro, sabiam que ele se desenvolveria em outros pontos.

Elas deram sugestão de alguns materiais para realizar atividades com ele como, por exemplo: rolinhos de papel toalha coberto com diversos tipos de texturas (papel camurça, lixa, papel micro ondulado, algodão) para assim poder desenvolver o tato, garrafas de água ou refrigerante com areia, pedra, arroz, feijão, para atividades com intuito de despertar sua atenção e desenvolver sua audição, pintura usando mãos e pés também para o tato, atividades usando bola, e que fizéssemos as letras do alfabeto também com material diferente para ir trabalhando o tato, porque ai também as outras crianças veriam que ele também participava das atividades como eles.

Depois desse encontro, começou-se a fazer os materiais para as aulas com Marcos.

Enquanto era passada atividades para os outros alunos da turma, a monitora ia trabalhando com Marcos, revezando na aplicação das tarefas com as garrafas, os rolos cobertos com as texturas para desenvolver sua atenção, passando na sua mão, pés, rosto, perna, sacudindo as garrafas perto dele e um pouco mais longe, para ver se ele seguia o som, durante as atividades de pintura, era necessário que professora e monitora ficassem juntas, porque senão era um banho total de tinta, tanto em Marcos ou em quem estivesse realizando a atividade com ele, mas era um dos poucos momentos que parecia que ele gostava, porque ele ria bastante, não se sabe se era pela bagunça ou pela sensação da tinta na mão ou pé, e outro momento era quando fazia atividade com ele usando bola. Quando dava o alfabeto á

turma, pedia à monitora que ia entregando a Marcos também as dele, acompanhando a turma, mas Marcos não ligava.

Nem durante a contação de história que era o momento que a turma adorava, fazia diferença para ele. Nesse momento, todos sentavam em roda no chão e colocava vários livros no centro, e as crianças escolhiam o livro que desejavam ouvir a história, Marcos ficava irritado por causa da posição que era no colo da monitora e logo chorava e quando ela o soltava, rapidamente ele saía da sala. E assim foi trabalhado com Marcos durante todo o segundo semestre de 2011 dentro de sala.

Durante o horário de parquinho, Marcos era colocado em atividades junto das outras crianças, mas ele não se interessava, deitava no chão e ficava, ou saía engatinhando pra lá e pra cá, como se não tivesse ninguém com ele. A monitora o colocava no balanço, escorregador, mas o que parecia era que ele não ligava para nada daquilo que estava acontecendo, o que ele gostava mesmo era de ficar no seu mundinho, por mais que tentasse coloca-lo juntos dos outros alunos.

Em relação a Pedro, procurou-se saber com a professora dele, o que estava sendo trabalhado para não mudar muito a rotina da turma, então diante das suas informações começou-se a desenvolver algumas atividades.

Como a professora tinha dito que ela já tinha trabalhado cores, letra do nome deles, então foi por esse caminho.

Apesar de ter um pouco de dificuldade, Pedro conseguia segurar o pincel e passar sobre a folha com a atividade sem auxílio permanente da monitora, quando foi dada a atividade de mostrar a letra do nome, ele sabia qual era a dele, adorava brincar de massinha, apertando e tentando fazer o que os outros da turma fazia, e até brigava querendo a do colega, ou qualquer outra coisa que o interessava.

Quando realizava atividade de desenho, ele mesmo gostava de segurar o lápis, brigando com a monitora quando ela tentava ajudar, e não era preciso fazer adaptação nos pincéis ou lápis para ele, porque conseguia segurar, do jeito dele, mas segurava.

Outra atividade realizada com ele foi com os jogos de encaixe, separava a turminha em pequenos grupos e pedia-se que eles encaixassem os blocos formando torres, Pedro interagia o tempo todo com os meninos, ajudando, pegando as peças

e tentando colocar, quando não dava altura ficava em pé se apoiando no armário para colocar, achava ruim com os meninos quando eles não o deixavam colocar.

Também foram usados com Pedro os mesmos materiais que foram feitos para Marcos, dava a ele os rolinhos encapados e pedia que pegasse o mais gostoso, o mais fofinho e ele dava o que estava coberto de algodão, quando sacudia as garrafas com diferentes elementos, ele conseguia acompanhar os sons, juntamente com sua turminha; foi levado o alfabeto feito com emborrachado e pediu-se que cada um pegasse a letra do nome do coleguinha, quando Pedro não conseguia, seus coleguinhos de sala o ajudavam.

Durante a contação da história ele ficava prestando a maior atenção, e depois ficava querendo segurar os livros e ele mesmo folhear, olhar as páginas, era uma briga porque todos queriam participar.

A história que eles mais gostavam era dos Três Porquinhos e Branca de Neve. Para a contação, colocava todos sentados em roda contando a história e mostrando as gravuras do livro. Quando terminava, foram feitas perguntas sobre a história, o que tinha acontecido quem eram os personagens da história, o que eles mais gostaram. Quando acabava, dava o livro para quem quisesse fazer o reconto, contar a história do jeito deles, o mais legal é que eles seguram o livro e parecia que realmente estavam lendo, Pedro também fazia o reconto com a ajuda da monitora, ela segurava o livro para ele e ele ia fazendo alguns sons como se estivesse lendo, depois pedia que todos fizessem o desenho da parte que mais gostaram, a maioria desenhava o lobo, apesar de dizerem que o lobo era mal, mas era o personagem que mais gostavam de desenha.

Durante a recreação, na hora do parquinho, ele se soltava, engatinhava rápido de um lado para o outro, subia sozinho no escorregador, a monitora só ajudava na hora que ele escorregava, mas isso aos pouco não foi sendo mais necessário. Gostava de ficar engatinhando atrás dos meninos que brincavam de correr, mas cautelas eram adotadas para ele não se machucar porque os meninos não se importavam se ele estivesse no chão engatinhando por não poder andar, para eles Pedro era como eles, que devia desviar ou sair quando alguém viesse correndo; para as crianças, principalmente as mais novas, esse tipo de olhar não existe, o olhar de achar as pessoas diferentes, independente do que for.

## 11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Que a inclusão é importante e que está aí, ninguém pode negar, e que as diferenças existem e devem ser respeitadas. Mas tem que ter consciência que o caminho da inclusão das crianças com necessidades especiais é longo, turbulento, necessitando do esforço e da compreensão de todos. E que precisa ser olhado com mais clareza por parte de nossos governantes, deixando claro que há necessidade de investimentos, formação, espaço, profissionais capacitados para que a inclusão dê certo.

Não basta apenas colocar os monitores nas escolas, nas salas, sem antes prepara-los para um bom trabalho, deixando clara a importância do papel dele com aquela criança, porque será através dele que a criança terá um princípio norteador, é nele que elas irão se espelhar e confiar.

Muitos professores e funcionários das instituições começaram a não acreditar que é possível incluir, tem a necessidade de informação, da retirada do preconceito que durante muito tempo tomou conta de todos.

É preciso apenas deixar de integrar, mas passar a incluir realmente; respeitando as diferenças, o tempo de cada um, e o fato de que nem todos são capazes de realizar tudo.

Para que isso aconteça, é preciso enxergar a criança com necessidades especiais como um ser único, com suas habilidades, dificuldades, limitações. E precisamos ser enxergadas como realmente são, sujeitos que merecem respeito e valorização, porque a partir do momento que não se faz uso desse respeito, não há inclusão, mas sim exclusão.

A respeito de Pedro e Marcos, o que foi verificado é que dentro da condição de cada um, ambos tiveram um avanço significativo. Não se dá para comparar o desenvolvimento dos dois, porque cada um tem suas especificidades, mas dentro do que os dois puderam desenvolver nesse período, eles desenvolveram.

Marcos desenvolveu mais o lado motor, passando a engatinhar, ficar em pé nos lugares com as pernas mais esticadas, conseguindo segurar melhor os objetos

que lhe chamava a atenção, mas se interessar pelas atividades dadas isso não ocorreu. Sinto não poder acompanhar sua trajetória escolar, para poder saber de seus avanços e sua conquista, de seu desenvolvimento pelo fato dele ter mudado de escola.

Pedro teve um desenvolvimento bem maior. Já consegue dar uns passos se apoiando, fala algumas palavras como o nome da irmã, chama pela mãe e pai, consegue falar o nome de alguns colegas de sala, já segura com maior facilidade lápis, pincel, já se alimenta sozinho, sem a necessidade de ajuda da monitora, entrou no processo de querer tirar a fralda, por não estar gostando mais de usar, reconhece a letra do nome de quase todos os colegas, adora folhear livro e revistas.

O desenvolvimento e o avanço de Pedro poderão ser acompanhados durante um bom tempo, porque ele ficará por mais três anos na instituição.

Com todo esse trabalho, cheguei à conclusão que incluir é sim, proporcionar as crianças com necessidades especiais, estar junto dos demais, mas acima de tudo, respeitar sua individualidade e sua diferença, educando, e esperando de cada o que ela pode oferecer, e não o que queremos que ela ofereça.

Porque algumas podem sair da educação infantil e ir para educação fundamental alfabetizada e ir se desenvolvendo mais e mais, mas a maioria pode apenas sair com algum desenvolvimento sem alfabetização e aquisição da leitura ou escrita, mas para essas crianças todo e qualquer desenvolvimento é uma vitória.

Mas para isso, precisamos que ajam pessoas capacitadas, formadas, prontas para de fato passar informações, para preparar todos das instituições de ensino para estarmos realmente prontos para um bom trabalho com essas crianças.

Considero a inclusão um ponto positivo nessa nova trajetória da educação, mas ainda temos que avançar muito, buscando aprimoramento, conhecimento, formação. Não é fácil para o professor lidar com o desconhecido, com o novo, mas ao mesmo tempo é gratificante quando conseguimos ver o resultado do nosso trabalho.

Durante esses dois anos em que tive contato com Marcos, percebi que não sei nada, e que preciso aprender muito para poder oferecer a outras crianças como ele um atendimento de qualidade, aprendi também, que as pessoas precisam ter um

olhar diferenciado para as crianças com necessidades educativas especiais, porque essas crianças são únicas, nenhuma é igual à outra, que cada precisa de um olhar diferenciado para garantir sua inclusão e sua individualidade.

Creio que a maior dificuldade encontrada na inclusão, é exatamente encontrar pessoas com esse olhar, pessoas que possam acompanhar de perto essas crianças, para poderem realmente contribuir de forma adequada ao que elas precisam. Sei fiz minha parte, mas sei também que muito falta a ser feito, mas é preciso ter um começo. Ainda precisamos caminhar muito, mas é assim, passo a passo, até conseguir com que todos, dentro ou fora das escolas, enxerguem essas crianças como elas realmente devem ser enxergadas, com respeito, direitos como qualquer outra dita “normal”, mas que gostaria de saber exatamente o que é serem normais afinal, todos temos nossas falhas e deficiências.

Esse trabalho foi muito importante para mim, porque me mostrou o quanto temos que trabalhar, sem esperar dos órgãos públicos que se dizem competentes, porque quem lida diretamente, dia a dia com essas crianças somos nós, então essa diferença tem que começar a ser feita por nós, família, escola, levando para a sociedade em geral a importância dessa nova era escolar.

## 12. ANEXOS

EXEMPLOS DE ALGUMAS ATIVIDADES QUE FORAM REALIZADAS.

### E.M.A.M.M – UMEI JATOBÁ IV

NOME: \_\_\_\_\_

DATA: \_\_\_\_\_

COMPLETE AS PALAVRAS ABAIXO:

BANANA

B		N			A
---	--	---	--	--	---

MELANCIA

	E		A			I	A
--	---	--	---	--	--	---	---

SORVETE

S		R	V			E
---	--	---	---	--	--	---

## E.M.A.M.M – UMEI JATOBÁ IV

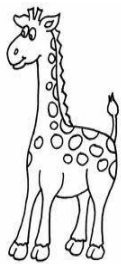
NOME: \_\_\_\_\_

DATA: \_\_\_\_\_

Ligue os desenhos aos seus nomes:



ABELHA



GATO



GIRAFA



MAÇA

## E.M.A.M.M – UMEI JATOBÁ IV

NOME: \_\_\_\_\_

DATA: \_\_\_\_\_

### DITADO

1-

2-

3-

4-

5-

6-

7-

8-

9-

10-

## E.M.A.M.M – UMEI JATOBÁ IV

NOME: \_\_\_\_\_

DATA: \_\_\_\_\_

IDENTIFIQUE O NOME QUE NÃO FAZ PARTE DO GRUPO E  
ESCREVA NA LINHA:

MELÃO – MELANCIA – MAMÃO –  
PERA – UVA – LIMÃO – SAPATO  
CAQUI-

---

GATO – RATO – GALINHA – PORCO –  
AVIÃO – JACARÉ – CACHORRO –

---

BONECA – BOLA – CARRINHO –  
BICICLETA – CAMISA -

---

**E.M.A.M.M - UMEI JATOBÁ IV**

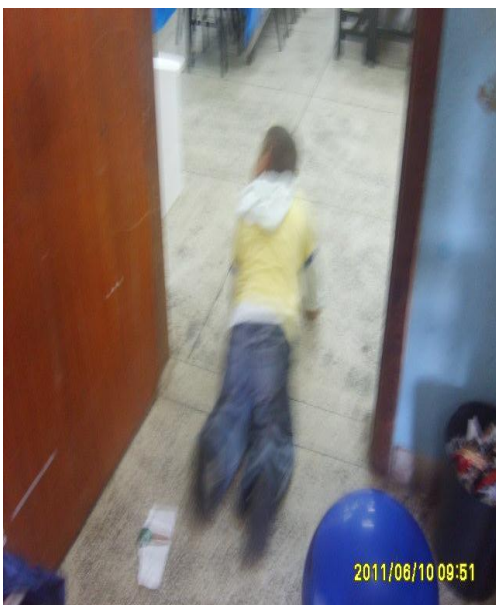
NOME: \_\_\_\_\_

DATA: \_\_\_\_\_

CARTELA BINGO DE LETRAS:

<b>P</b>		<b>Q</b>		<b>B</b>
	<b>U</b>		<b>C</b>	
<b>H</b>		<b>A</b>		<b>M</b>

**FOTOS DE ALGUMAS DAS ATIVIDADES REALIZADAS EM SALA E NO PARQUINHO**





### 13. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVICH, Fany. **Literatura infantil: gostosuras e bobices**. 2.ed, São Paulo: da inclusão. São Paulo: Memnon, 2002, p. 135-156.

ALVARENGA, D. **Leitura e escrita: dois processos distintos**. **Educação Revista**, Belo BRASIL. Constituição (1988). **Constituição: República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico. 1988.

BARBOSA, José Juvêncio. **Alfabetização e leitura**. São Paulo: Cortez, 2ª ed. 1994.

BIBIANO, Bianca. Inclusão: é possível resolver. **Revista Nova Escola**, São Paulo. n. 244, p.48-55, agosto. 2011.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso em: 15 maio 2009.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **O processo de integração escolar dos alunos portadores de necessidades educativas especiais no sistema educacional brasileiro**. Séries Diretrizes nº 11. Brasília: Secretaria de Educação Especial (MEC/SEESP), 1995.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC, 1994b.

BRASIL. Ministério da Educação. **Ética e cidadania: construindo valores na escola e na sociedade**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos: MEC, SEIF, SEMTEC, SEED, 2003. 6 v.:il.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política nacional para a integração da pessoa portadora de deficiência**. Brasília: MEC/SEESP, 1999.

Bryant, P. e Bradley, L. (1987). **Problemas de leitura na criança**. Porto Alegre: Artes Médicas. Horizonte, n. 7, p. 27-31, jul. 1988.

COLLARES, Cecília Azevedo Lima; MOYSÉS, Maria Aparecida Afonso. **Preconceito no cotidiano escolar: ensino e medicalização**. São Paulo: Cortez, 1996.

FERREIRA, Júlio Romero. **A Exclusão da Diferença: A Educação do Portador de Deficiência**. Piracicaba: Unimep, 1993.

JOVER, Ana. Inclusão: qualidade para todos. **Revista Nova Escola**, São Paulo. V. 14, n. 123, p. 3-13, jun. 1999.

MANTOAN, M. T. E. **A solicitação do meio escolar e construção das estruturas da inteligência no deficiente mental: uma interpretação segundo a teoria do conhecimento de Jean Piaget**. Campinas, 1991. (Tese – Doutorado – Faculdade de Educação [Unicamp]).

MANTOAN, M. T. E. **Educação de deficientes mentais: o itinerário, de uma experiência.** Campinas, 1987. [Dissertação – Mestrado – Faculdade de Educação [Unicamp].

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. O direito de ser, sendo diferente, na escola. **R.CEJ**, Brasília, n. 26, p. 36-44, jul./set. 2004. Disponível em: <http://www.cjf.ius.br/revista/numero26/artigo06.pdf>. Acesso em: 07 maio 2009.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Ser ou estar: eis a questão.** Rio de Janeiro. WVA, 1997. 173p.

MARCUSCHI, L. A. A Concepção de língua falada nos manuais de português de 1º e 2º graus: uma visão crítica. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, SP: UNICAMP/IEL, n.30, 1997).

MAZZOTA, Marcos José da Silva. **Fundamentos da educação especial.** São Paulo: Pioneira, 1982.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil. História e políticas públicas.** São Paulo: Cortez, 1996.

MAZZOTTA, Marcos J. S. **Trabalho Docente. In: Trabalho Docente e Formação de Professores em Educação Especial.** São Paulo, 1993. p. 29-50.

PESSOTTI, Isaías. **Deficiência mental: da superstição à ciência.** São Paulo: Edusp, 1984.

SANTOS, M. S. **O desafio de uma experiência.** In: Mantoan, M. T. E. Caminhos pedagógicos.

SOARES, M. **Letramento, um tema em três gêneros.** Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação e Ciência e Cultura / Ministério da Educação e Ciência da Espanha/ Coordenação Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência- Coordenação. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educacionais especiais.** Brasília, 1994.